



**Logística
sustentável
menos emissões,
mais eficiência!**

PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

2024-2026

Ministro dos Transportes

José Renan Vasconcelos Calheiros Filho

Secretário-Executivo

George André Palermo Santoro

Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração

Manuel Augusto Alves Silva

Comissão Gestora do Plano Diretor de Logística Sustentável

Rose Leuda Freitas Damasceno

Roberta de Oliveira Gomes

Marcel Vieira de Camargo

Patrícia Cabral de Arruda

Nádia Barbosa Gonçalves

Colaboração

Ethiellen Alves de Lima

Raquel Pereira Soares

Diagramação

Victor Gabriel Andrade Soares

BRASIL. Ministério dos Transportes. Secretaria Executiva. Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração.
Coordenação - Geral de Recursos Logísticos. Plano de Logística Sustentável.



Impresso no Brasil/ *Printed in Brazil*

É livre a reprodução exclusivamente para fins não comerciais, desde que a fonte seja citada.



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
Secretaria Executiva
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação-Geral de Recursos Logísticos

Plano de Logística Sustentável

Brasília/DF
2024

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	5
1. INTRODUÇÃO	6
2. OBJETIVO	7
3. DIRETRIZES ESTRATÉGICAS	7
4. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO.....	10
5. METODOLOGIA DE AFERIÇÃO DE CUSTOS INDIRETOS.....	13
6. DIAGNÓSTICO.....	14
7. SÉRIE HISTÓRICA DE CONSUMO 2021-2023	19
8. PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS ADOTADAS	21
9. INTEGRAÇÃO POR MEIO DE EIXOS DE DESENVOLVIMENTO	23
10. OBJETIVOS E EIXOS TEMÁTICOS	27
11. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	37
12. CONCLUSÃO	40
13. REFERÊNCIAS	41

LISTA DE SIGLAS

AECOM – Assessoria Especial de Comunicação
CEB – Companhia Energética de Brasília
CI – Custos Indiretos
CO – Custos de Operação
COGEP – Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas
COGRL – Coordenação-Geral de Recursos Logísticos
COINF – Coordenação de Infraestrutura
COLIC – Coordenação-Geral de Licitações e Contratos
COLOG – Coordenação de Logística
CM – Custos de Manutenção
EFD – Estratégia Federal de Desenvolvimento
MGI – Ministério da Gestão e Inovação
ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU – Organização das Nações Unidas
PDLS – Plano Diretor de Logística Sustentável
PLS/MT – Plano de Logística Sustentável do Ministério dos Transportes
SEGES – Secretaria de Gestão
SECOM – Secretaria de Comunicação da Presidência da República
SEGTI - Subsecretário de Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação
SGON – Setor de Garagens Oficiais Norte

1 INTRODUÇÃO

O Plano de Logística Sustentável do Ministério dos Transportes (PLS/MT) é uma iniciativa estratégica que visa integrar a sustentabilidade em todas as operações e atividades logísticas do órgão. Sua elaboração foi realizada pela Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável, instituída pela Portaria nº 454, de 9 de maio de 2024, com o suporte da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração. O PLS/MT segue as diretrizes obrigatórias estabelecidas pela **Portaria Seges/MGI nº 5376, de 14 de setembro de 2023**, que orienta a implementação de planos de logística sustentável em órgãos públicos.

Vinculado ao **Planejamento Estratégico do Ministério dos Transportes**, aprovado pela **Portaria nº 737, de 2 de agosto de 2024**, o PLS/MT alinha-se aos valores institucionais de eficiência, transparência, inovação, participação social, integridade, responsabilidade socioambiental, segurança e equidade. O plano busca, assim, promover uma gestão logística eficiente e sustentável, que respeite o meio ambiente, potencialize o uso de recursos e fortaleça a responsabilidade social.

Além disso, o PLS/MT tem como objetivo mapear as ações sustentáveis já implementadas, assegurar a conformidade das aquisições com a legislação vigente e aprimorar os processos logísticos do Ministério. Com duração de dois anos, o plano visa concretizar o eixo de sustentabilidade por meio do aprimoramento de processos internos e do desenvolvimento de competências individuais focadas no fortalecimento institucional. Ao final do período, o documento será revisado e atualizado com base nos resultados e desafios enfrentados.

Com o PLS/MT, espera-se que a sustentabilidade se consolide como um eixo central na gestão de contratações e serviços, transformando o ambiente organizacional e contribuindo para o desenvolvimento sustentável da sociedade.

2 OBJETIVO

Promover uma gestão logística eficiente, que otimize recursos, minimize impactos ambientais e fortaleça a responsabilidade social, assegurando o compromisso com a sustentabilidade em todas as operações e estratégias do Ministério.

3 DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

O PLS/MT está alinhado ao Planejamento Estratégico do Ministério dos Transportes, conforme estabelecido pela Portaria nº 737, de 2 de agosto de 2024. A promoção da logística sustentável reflete os valores institucionais de eficiência, transparência, inovação, participação social, integridade, responsabilidade socioambiental, segurança e equidade.

Além disso, o Plano fortalece o eixo da sustentabilidade ao aprimorar processos internos e desenvolver competências individuais, com foco no crescimento e fortalecimento institucional.



Imagem 1: Mapa Estratégico 2024-2027

O PLS/MT também está alinhado aos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**, que fazem parte da **Agenda 2030 da ONU**. Cada meta e eixo estruturante do plano se ajusta a objetivos específicos, garantindo que as ações e estratégias implementadas pelo Ministério dos Transportes contribuam diretamente para o cumprimento desses compromissos globais, promovendo desenvolvimento sustentável, inclusão social e preservação ambiental em suas operações.

 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES	Reduzir as desigualdades dentro dos países e entre estes
 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e a melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável	 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros,
 3 SAÚDE E BEM-ESTAR	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades	 12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS	Assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis
 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos	 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA	Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos
 5 IGUALDADE DE GÊNERO	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas	 14 VIDA NA ÁGUA	Conservar e promover o uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável
 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO	Assegurar a disponibilidade de água e de saneamento e a respectiva gestão sustentável para todos	 15 VIDA TERRESTRE	Promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade
 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL	Assegurar acesso confiável e sustentável à energia, com preço justo para todos	 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável
 8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO	Promover crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável,	 17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável
 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização		

Imagem 2: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

A **Estratégia Federal de Desenvolvimento (EFD)**, instituída pelo **Decreto nº 10.531, de 26 de outubro de 2020**, foi cuidadosamente considerada na elaboração do PLS/MT. Cada meta e eixo estruturante do plano foi desenhado para se alinhar com os objetivos específicos definidos pela EFD, assegurando que as ações propostas estejam em sintonia com a visão e as diretrizes estabelecidas no âmbito federal.

Esse alinhamento garante que o PLS/MT contribua de forma eficaz para os objetivos de desenvolvimento nacional, promovendo uma integração harmoniosa entre as políticas do Ministério dos Transportes e as estratégias federais. Assim, cada meta e eixo do plano é orientado para atender às necessidades identificadas pela EFD, facilitando a implementação coordenada e eficiente de práticas sustentáveis dentro do Ministério.

Os diversos componentes da EFD estão interconectados e direcionam as ações e metas definidas no Plano de Logística Sustentável (PLS/MT).



Imagem 3: Representação gráfica da Estratégia Federal de Desenvolvimento (EFD)

A metodologia para a elaboração do PLS/MT foi desenvolvida com base nas seguintes etapas, concretizadas por meio das deliberações da Comissão Gestora do PLS:



Imagem 4: Etapas da Elaboração do PLS/MT.

Todas as etapas seguiram a metodologia baseada nas diretrizes estabelecidas pelo Plano Diretor de Logística Sustentável (PDLS), elaborado pela Secretaria de Gestão

(SEGES) do Ministério da Gestão e Inovação (MGI), conforme estipulado pela Portaria SEGES/MGI nº 5.376, de 14 de setembro de 2023.

O diagnóstico sistematizou em tabelas todas as contratações da área de logística realizadas entre 2021 e 2024, considerando apenas aquelas que, no momento da coleta de dados, ainda estavam vigentes. As informações foram organizadas de forma a responder às perguntas essenciais do diagnóstico, inspiradas na ferramenta 5W (What, Why, Where, When, Who). Esse formato permitiu identificar as principais problemáticas e, posteriormente, elaborar um roteiro de ação. O quadro de rastreamento dos dados do diagnóstico foi estruturado da seguinte maneira:

Categoria	O que compramos? / Objeto	Por quanto compramos? / Valor Atual da contratação ou Anual	Tipo de Relevância	Como contratamos? / Atende a normas gerais de caráter ambiental?	Como contratamos? / Há mecanismos para a racionalização e consumo consciente?	Como contratamos? / Há mecanismos de racionalização de espaços físicos?	Como contratamos? / Há mecanismos de identificação dos objetos de menor impacto ambiental?	Como contratamos? / Há fomento à inovação do mercado?
-----------	---------------------------	---	--------------------	--	---	---	--	---

Tabela 01: Dados do diagnóstico

Para fins metodológicos, todas as aquisições e contratações, sejam de bens, serviços ou obras, foram avaliadas e classificadas como estratégicas com base nos critérios de relevância financeira, quantitativa e de impactos socioambientais.

Embora o montante de recursos alocados pareça ser o principal foco da análise, todas as compras foram avaliadas com base em todos os critérios, inclusive aquelas que não atingiram o valor mínimo estipulado para relevância financeira. Esse valor foi fixado em R\$ 100.000,00 (cem mil reais), abrangendo a maioria das contratações do Ministério dos Transportes (MT). A única exceção foi um contrato com a Companhia Energética de Brasília, referente ao fornecimento de energia elétrica para um edifício do MT localizado no Setor de Oficina e Garagem Norte (SGON). Nesse caso, o critério de impacto socioambiental prevaleceu sobre o econômico, justificando a inclusão dessa contratação no Plano de Logística Sustentável (PLS).

O critério quantitativo não se revelou o mais relevante, pois as contratações realizadas pelo MT, tanto em termos qualitativos quanto quantitativos, mantêm-se dentro do padrão esperado para um órgão de natureza e porte semelhante. No entanto, destaca-se que, em quase todos os contratos que envolvem dedicação exclusiva de mão de obra, o critério quantitativo assume importância.

Em relação ao critério socioambiental, foram identificados impactos imediatos gerados pela execução dos contratos, além do cumprimento das normas vigentes. A análise abrangeu a verificação da conformidade com as normas ambientais aplicáveis às contratações. Para essa avaliação, foram considerados os seguintes aspectos:

- **Lei nº 8.666/93:** Avaliação de conformidade com as disposições gerais da Lei de Licitações.

IN nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do MPOG: para obras, art. 4º; para compras, art. 5º; e para serviços, art. 6º

Decreto nº 7.746, de 2012: para compras, serviços e obras - art. 4º

- Para a Lei nº 14.133/2021:

Art. Nº 18, que estabelece a necessidade de avaliação prévia dos aspectos de sustentabilidade;

Art. 25, §5º, inciso I e §6º e 115, §4º, que tratam do licenciamento ambiental;

Art. 26, inciso II, que admite o estabelecimento de margem de preferência para bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis;

Art. 34, §1º, que permite a inclusão de custos decorrentes dos impactos ambientais na precificação do objeto, sempre que objetivamente mensuráveis, embora isso ainda precise ser regulamentado;

Art. 42, inciso III, que inclui a avaliação do aspecto ambiental na comprovação da qualidade e conformidade do produto ofertado;

Art. 45, incisos I a VI, que contém um rol amplo de requisitos de sustentabilidade a serem observados nas contratações de obras e serviços de engenharia;

Art. 74, inciso III, alínea "h", que estabelece a inexigibilidade de licitação para serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com interessados que realizem "controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente";

Art. 75, inciso III, alínea "j" que assegura a dispensa de licitação para contratação de associações ou cooperativas catadores de materiais recicláveis;

Art. 92, XVII, e 116, dando efetividade a políticas públicas de inclusão social;

Art. 144, caput, que contém incentivos à competitividade mediante o estabelecimento de remuneração variável com base em critérios de sustentabilidade ambiental vinculada ao desempenho do contratado;

Art. 147, incisos II e III, que condicionam a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato à avaliação, entre outros motivos, de aspectos de sustentabilidade socioambiental;

Art. 178, que introduz crime específico de Omissão grave de dado ou de informação por projetista;

Arts. 72 a 75, que estabelecem critérios de sustentabilidade na dispensa e inexigibilidade.

Cabe destacar que as políticas socioambientais das empresas contratadas que não estão previstas no escopo do contrato, ou que não constituem exigências legais, não foram consideradas nesta análise.

No contexto do diagnóstico, buscou-se também avaliar, sob a ótica da sustentabilidade, a forma como o órgão conduz suas contratações. Foi analisado se os instrumentos editalícios preveem mecanismos para a racionalização e o consumo consciente, se há identificação de objetos com menor impacto ambiental, e se existem elementos que incentivem a inovação no mercado.

5 METODOLOGIA DE AFERIÇÃO DE CUSTOS INDIRETOS

Entende-se por Custos indiretos englobam todas as despesas que vão além do custo inicial de aquisição de um produto ou serviço. Em resumo, referem-se a gastos como manutenção, uso, reposição, depreciação, tratamento de resíduos sólidos, e impacto ambiental, entre outros fatores associados ao ciclo de vida do objeto, desde que sejam objetivamente mensuráveis, conforme o disposto no art. 34, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Adicionalmente, despesas com pesquisa, desenvolvimento, planejamento, produção, logística de distribuição, aquisição e operação também podem ser considerados custos indiretos. Por outro lado, custos relacionados às atividades prévias à aquisição, como pesquisa de mercado, cotações de fornecedores, negociações contratuais e avaliação de qualidade, são classificados como custos diretos e não estão incluídos na análise proposta.

A fórmula para calcular os Custos Indiretos (CI) pode ser representada da seguinte forma:

$$CI = CO + CM + CD$$

Em que:

CO: Custos de Operação;

CM: Custos de Manutenção;

CD: Custos de Descarte.

A elaboração de uma metodologia para mensuração e análise dos custos indiretos relacionados ao ciclo de vida do objeto contratado é uma exigência prevista no art. 8º, inciso II, da Portaria SEGES/ME nº 8.978, de 2021, como parte do conteúdo mínimo a ser contemplado no Plano de Logística Sustentável (PLS).

Essa norma tem o objetivo de identificar os custos ocultos associados às aquisições públicas, permitindo que a Administração tenha uma visão completa do verdadeiro gasto ao longo do ciclo de vida do bem ou serviço. Dessa forma, ela proporciona uma base objetiva para a escolha da opção mais vantajosa. Contudo, é importante ressaltar que, além dos custos financeiros, devem ser considerados outros fatores, como os impactos sociais, ambientais e culturais, cujos benefícios precisam ser valorizados diante de meros impactos financeiros.

No Eixo Temático 5 do PLS/MT, foi estabelecido o objetivo de desenvolver um modelo para a apuração de custos indiretos nas contratações do Ministério dos Transportes. Preliminarmente, o modelo deverá seguir as seguintes etapas:

1. Levantamento dos dados sobre os custos indiretos;
2. Definição dos dados essenciais para identificar as melhores aquisições de produtos ou serviços;
3. Análise dos dados e seleção dos custos mais relevantes, com foco nas categorias em que as diferenças são mais significativas;
4. Aplicação das diretrizes metodológicas para cálculo dos custos indiretos, integrando-as à estrutura do próximo PLS/MT.

6 DIAGNÓSTICO

O diagnóstico tem como objetivo central realizar uma análise qualitativa e quantitativa das práticas atuais, visando avaliar o nível de conformidade com a legislação vigente e as melhores práticas de sustentabilidade. Esse estudo busca identificar, com precisão, as áreas que podem ser melhoradas, de forma a garantir a adequação plena às exigências legais e aos padrões mais elevados de sustentabilidade.

Para alcançar esse objetivo, foi realizada uma listagem de todas as contratações de logística com vigência corrente, que foram organizadas detalhadamente na tabela "Temas para Diagnóstico e Indicação de Ações" (pág. 16). Esse levantamento é fundamental para proporcionar uma visão clara e objetiva das contratações, facilitando a identificação de ajustes e correções necessários, os quais servirão de base para a definição de objetivos e metas.

Além disso, foi elaborado um relatório detalhado das ações sustentáveis já implementadas pelo Ministério dos Transportes. Essa análise não só valoriza os esforços realizados, como também identifica oportunidades de aprimoramento e expansão das práticas sustentáveis, alinhando-as com os objetivos estratégicos e as exigências normativas.

6.1 - Temas para Diagnóstico e Indicação de Ações

Categoria	Objeto Resumido / O que compramos?	Por quanto compramos? / Valor Atual da contratação Anual	Tipo de Relevância	Como contratamos? / Atende a normas gerais de caráter ambiental?	Como contratamos? / Há mecanismos para a racionalização e consumo consciente?	Como contratamos? / Há mecanismos de racionalização de espaços físicos?	Como contratamos? / Há mecanismos de identificação dos objetos de menor impacto ambiental?	Como contratamos? / Há fomento à inovação do mercado?
DEMAIS SERVIÇOS	Resíduos sólidos	R\$ 434.218,00	Financeira / Quantitativa / De Impactos Ambientais	Sim	Sim	N/A	Não	Não
DEMAIS SERVIÇOS	Aquisição de Combustível	R\$ 563.500,00	Financeira / Quantitativa / De Impactos Ambientais	Sim	Sim	N/A	Não	Não
TERCEIRIZAÇÃO	Vigilância armada e desarmada	6.836.058,00	Financeira / Quantitativa	Sim	N/A	N/A	Não	Não
TERCEIRIZAÇÃO	Apoio Administrativo	R\$ 47.407.856,85	Financeira / Quantitativa / De Impactos Ambientais	Sim	N/A	Não	Não	Não
TERCEIRIZAÇÃO	Apoio Administrativo	R\$ 418.800,72	Financeira / Quantitativa / De Impactos Ambientais	Sim	N/A	Não	Não	Não

TERCEIRIZAÇÃO	Secretariado	R\$ 12.536.813,31	Financeira / Quantitativa / De Impactos Ambientais	Sim	N/A	Não	Não	Não
TRANSPORTE	Locação de veículo	R\$ 1.060.000,00	Financeira / Quantitativa / De Impactos Ambientais	Sim	Sim	N/A	Não	Não
OBRAS/ ENGENHARIA	Modernização e manutenção de elevadores	R\$ 9.925.000,00	Financeira / Quantitativa / De Impactos Ambientais	Sim	N/A	Não	Não	Não
DEMAIS SERVIÇOS	CORREIOS	R\$ 360.000,00	Financeira / Quantitativa / De Impactos Ambientais	Sim	Sim	N/A	Não	Não
TERCEIRIZAÇÃO	BRIGADISTAS PARA ATENDER O ANEXO, SEDE E SGON.	R\$ 5.012.795,52	Financeira / Quantitativa / De Impactos Ambientais	Sim	N/A	N/A	Não	Não
TERCEIRIZAÇÃO	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO	R\$ 2.282.068,84	Financeira / Quantitativa / De Impactos Ambientais	Sim	N/A	Não	Não	Não
TERCEIRIZAÇÃO	COPEIRAGEM	R\$ 6.410.255,88	Financeira / Quantitativa / De Impactos Ambientais	Sim	Não	N/A	Não	Não

TERCEIRIZAÇÃO	SERVIÇOS DE MOTORISTA	R\$ 811.007,67	Financeira / De Impactos Ambientais	Sim	N/A	N/A	Não	Não
DEMAIS SERVIÇOS	EMPRESA DE EVENTOS	R\$ 555.000,00	Financeira / De Impactos Ambientais	Sim	Não	N/A	Não	Não
TERCEIRIZAÇÃO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA REMANESCENTE CARREGADOR	R\$ 367.828,44	Financeira / De Impactos Ambientais	Sim	N/A	N/A	Não	Não
TERCEIRIZAÇÃO	MANUTENÇÃO PREDIAL	R\$ 4.489.999,64	Financeira / Quantitativa / De Impactos Ambientais	Sim	Sim	N/A	Não	Não
TERCEIRIZAÇÃO	LAVADOR DE AUTOS, LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO PREDIAL	R\$ 4.455.411,12	Financeira / Quantitativa / De Impactos Ambientais	Sim	Sim	N/A	Não	Não
DEMAIS SERVIÇOS	Serviços de telefonia móvel	R\$ 565.125,00	financeira	Sim	Não	N/A	Não	Não
GESTÃO PREDIAL	ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO	R\$ 480.000,00	De Impactos Ambientais	Sim	Não	N/A	Não	Não

GESTÃO PREDIAL	ENERGIA ELÉTRICA	R\$ 69.600,00	De Impactos Ambientais	Sim	Não	N/A	Não	Não
GESTÃO PREDIAL	USO DE SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO	R\$ 1.057.798,98	Financeira / Quantitativa / De Impactos Ambientais	Sim	Não	N/A	Não	Não
GESTÃO PREDIAL	COMPRA DE ENERGIA REGULADA	R\$ 1.986.639,77	Financeira / Quantitativa / De Impactos Ambientais	Sim	Não	N/A	Não	Não
GESTÃO PREDIAL	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	R\$ 555.000,00	Financeira / Quantitativa / De Impactos Ambientais	Sim	Não	N/A	Não	Não

Tabela 02: Temas para Diagnóstico e Indicação de Ações

7 SÉRIE HISTÓRICA DE CONSUMO 2021-2023

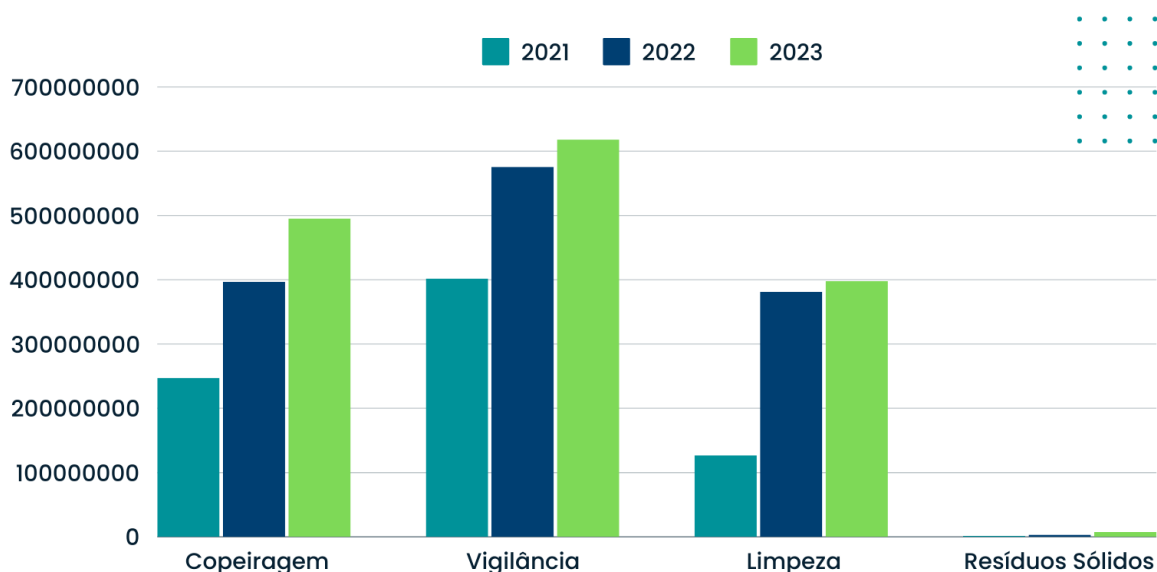
A série histórica que documenta o consumo de bens e serviços contratados abrange o Edifício Sede, o Anexo e as duas edificações localizadas no Setor de Garagem e Oficina Norte (SGON). A evolução do consumo de cada item encontra-se detalhada na tabela e nos gráficos apresentados a seguir, proporcionando uma visão clara e objetiva do comportamento ao longo do período avaliado.

A evolução do consumo de cada item está detalhada na tabela e nos gráficos a seguir:

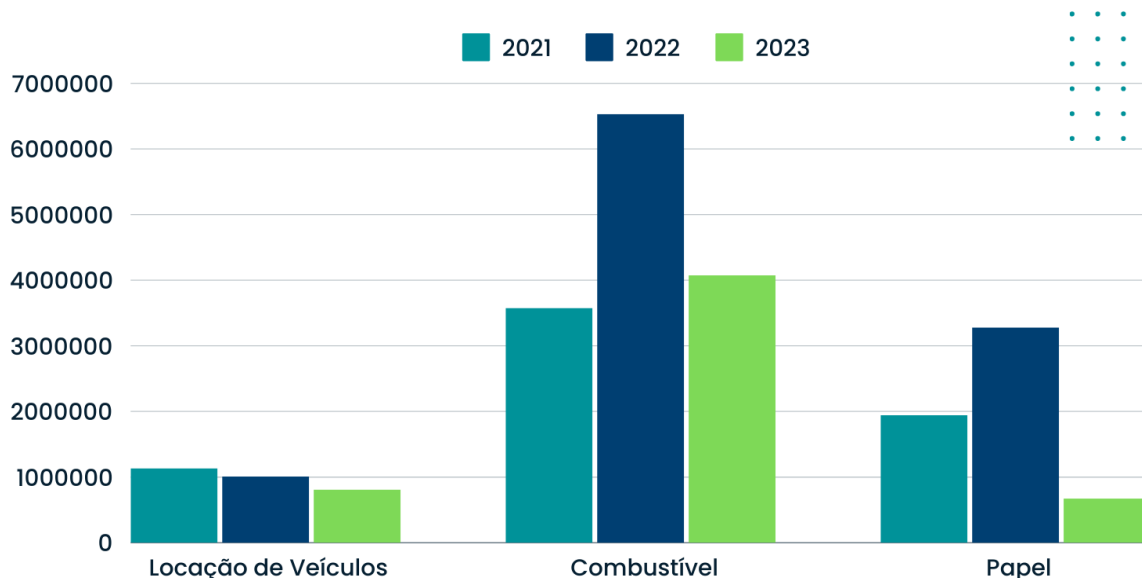
Consumo - Ministério dos Transporte 2021-2023			
SERVIÇOS	2021	2022	2023
Ar-condicionado		R\$ 1.204.507,98	R\$ 1.280.714,07
Elevadores	R\$ 142.412,63	R\$ 88.159,19	R\$ 20.466,64
Água e esgoto	R\$ 460.220,11	R\$ 455.251,59	R\$ 455.450,71
Energia	R\$ 3.886.294,54	R\$ 3.729.822,39	R\$ 4.554.895,95
Limpeza	R\$ 1.268.296,62	R\$ 3.813.488,98	R\$ 3.977.446,59
Copeiragem	R\$ 2.473.349,33	R\$ 3.969.958,16	R\$ 4.953.253,14
Vigilância	R\$ 4.018.326,22	R\$ 5.756.955,07	R\$ 6.179.440,18
Locação de Veículos	R\$ 11.346,90	R\$ 10.083,34	R\$ 8.096,77
Manutenção Predial	R\$ 4.651.471,23	R\$ 5.575.891,68	R\$ 4.326.196,35
Resíduos Sólidos	R\$ 14.298,99	R\$ 33.001,81	R\$ 74.500,78
Combustível	R\$ 35.763,31	R\$ 65.306,21	R\$ 40.738,63
Papel	R\$ 19.435,15	R\$ 32.794,93	R\$ 6.719,47

Tabela 03: Consumo série histórica 2021-2023

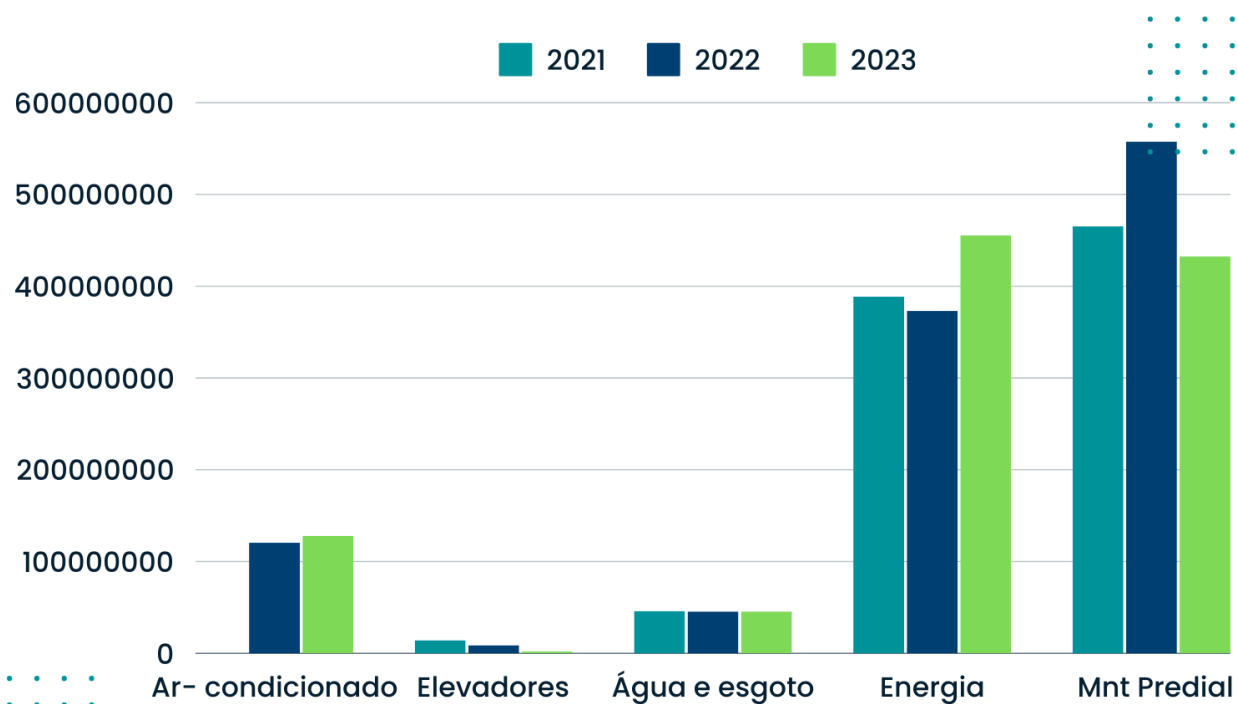
CONSUMO - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTE



CONSUMO - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTE



CONSUMO - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTE



7.1 Análise Geral dos Gráficos (2021-2023)

Entre 2021 e 2023, verificou-se um aumento nos investimentos em serviços de limpeza, copeiragem e vigilância, refletindo uma maior demanda por essas atividades. Em contrapartida, os custos com elevadores, locação de veículos e papel apresentaram uma redução significativa, sugerindo avanços na eficiência operacional e adequações nas necessidades do órgão.

Os gastos com água e esgoto permaneceram estáveis, enquanto os custos com energia e combustível oscilaram, possivelmente em razão de variações na demanda e nos preços. Essas tendências indicam uma gestão de recursos em constante adaptação para otimizar operações e atender às demandas emergentes.

8 PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS ADOTADAS

O Ministério dos Transportes, em conjunto com o Ministério de Portos e Aeroportos, o Ministério das Comunicações e a Secretaria de Comunicação, já implementam diversas medidas institucionais voltadas à sustentabilidade. Essas ações estão alinhadas às melhores práticas e diretrizes socioambientais e econômicas.

O compromisso dessas instituições com o desenvolvimento sustentável é evidente, ao integrarem a responsabilidade social e a preservação ambiental em suas operações. O objetivo é não apenas mitigar os impactos negativos de suas atividades, mas também promover um ambiente mais equilibrado e sustentável. Isso está em conformidade com as demandas atuais de governança pública, demonstrando um esforço contínuo para atender às expectativas de um futuro mais sustentável.

8.1 Ações implementadas

- Campanha adote um copo

Para desestimular o uso de copos descartáveis, a Coordenação-Geral de Recursos Logísticos distribuiu copos feitos de material reciclável para todos os servidores, estagiários e colaboradores. Como resultado dessa iniciativa, houve uma redução de cerca de 90% na distribuição de copos não retornáveis.



- Ilhas de impressão:

Foram estabelecidos pontos centralizados com impressoras agrupadas para uso compartilhado. Essa medida reduz a necessidade de múltiplas impressoras individuais, resultando em economia de recursos como papel, energia e toner, além de diminuir o impacto ambiental relacionado ao consumo de materiais de impressão.

- Configuração para Impressão Frente e Verso

Foi estabelecida uma configuração padrão nas impressoras para realizar impressões frente e verso automaticamente. Essa iniciativa visa reduzir o consumo de papel, promovendo uma utilização mais eficiente dos recursos e contribuindo para a sustentabilidade.

- Curso In Company

Esse modelo personalizado para atender às necessidades específicas dos servidores contribui significativamente para aumentar a conscientização sobre práticas sustentáveis, sendo também uma ferramenta essencial para a promoção de um ambiente de trabalho mais sustentável e responsável.

- Leilão, Doação e Transferência de Veículos

A gestão sustentável da frota de veículos inclui a realização de leilões, doações e transferências de veículos que não são mais necessários, otimizando o uso dos recursos públicos e promovendo a renovação da frota com foco na eficiência energética e na redução de emissões.

- Uso de WhatsApp, E-mail, TVs como Forma de Comunicação

A adoção de ferramentas digitais internas visa reduzir o uso de papel e otimizar o tempo de disseminação de informações. Isso promove uma comunicação mais ágil e sustentável dentro dos ministérios.

- Substituição das lâmpadas

Em parceria com a Neoenergia, o órgão substituiu 100% das lâmpadas convencionais fluorescentes por LED. Tal medida de eficiência energética reduz o consumo de eletricidade e aumenta a durabilidade das lâmpadas, resultando em menor impacto ambiental e economia de custos a longo prazo.

- Espaços para Descarte de Materiais que podem ser reciclados

A criação de espaços destinados ao descarte seletivo de materiais recicláveis, como papel, plástico, vidro e metal, facilita o encaminhamento desses resíduos para reciclagem, contribuindo para a redução do lixo enviado a aterros sanitários e promovendo a economia circular.

- Reaproveitamento de Mobiliários e Divisórias para a Reestruturação dos Ministérios

Essa iniciativa visa reutilizar móveis e divisórias do MT e de outros órgãos para evitar compras desnecessárias. Isso contribui para a redução do consumo de novos recursos e minimiza o desperdício de materiais, promovendo uma gestão eficiente dos bens públicos.

- Bicicletário

A instalação de bicicletários incentiva o uso de bicicletas como meio de transporte, promovendo a mobilidade sustentável. Além disso, foram instalados lockers rotativos ao lado dos banheiros para os usuários do bicicletário guardarem seus pertences. Essa ação contribui para a redução de emissões de gases poluentes e diminui o congestionamento nas vias públicas, além de promover hábitos saudáveis entre os servidores.

- Redução nos Horários de Funcionamento dos Aparelhos de Ar-Condicionado

Essa medida envolve o ajuste dos horários de funcionamento dos aparelhos de ar-condicionado para reduzir o consumo de energia elétrica, especialmente durante horários de menor ocupação. Essa ação contribui para a economia de energia e para a redução das emissões de carbono.

- Campanhas para o Uso de Escadas

Iniciativas que incentivam o uso de escadas em vez de elevadores visam promover a saúde e o bem-estar dos servidores, além de reduzir o consumo de energia elétrica, diminuindo o uso dos elevadores.

- QR Code para elaboração de lista de presença de reunião

Disponível nas salas de reunião da COGRL, o QR Code dá acesso ao sistema no qual as listas de presença das reuniões são elaboradas e assinadas, sem a necessidade de utilizar papel, de forma 100% digital.

9

INTEGRAÇÃO POR MEIO DE EIXOS DE DESENVOLVIMENTO

O PLS/MT objetiva aprimorar a gestão corporativa do Ministério dos Transportes, com foco em todos os aspectos da sustentabilidade. As ações institucionais devem ser guiadas pelos princípios de responsabilidade socioambiental e econômica, além de estarem alinhadas aos padrões éticos e culturais.

São objetivos do primeiro PLS/MT:

- Promover a gestão eficiente dos recursos públicos, identificando e reduzindo desperdícios na administração corporativa e no suporte logístico do Ministério dos Transportes;
- Mapear e fortalecer as boas práticas já consolidadas no MT, incentivando a cultura de responsabilidade socioambiental;
- Aprimorar os processos de compras e contratações, com base em critérios de sustentabilidade.

Para alcançar esses objetivos, o PLS/MT é estruturado em torno de seis eixos temáticos, que orientam os objetivos específicos e as metas estabelecidas para o órgão:



Imagem 05: Eixos temáticos do PLS

1. Promoção da racionalização e do consumo consciente de bens e serviços: Busca otimizar o uso dos recursos, evitando desperdícios e promovendo práticas mais eficientes.
2. Racionalização da ocupação dos espaços físicos: Foca em melhorar o uso dos ambientes, garantindo que a ocupação seja feita de forma mais sustentável e econômica.
3. Identificação dos objetos de menor impacto ambiental: Visa priorizar a aquisição de produtos que causem menos danos ao meio ambiente, ao longo de seu ciclo de vida.
4. Fomento à inovação no mercado: Incentiva a criação e adoção de soluções inovadoras, que estejam alinhadas às demandas sustentáveis.
5. Inclusão dos negócios de impacto nas contratações públicas: Promove a participação de empresas que trazem benefícios socioambientais em suas operações.
6. Divulgação, conscientização e capacitação acerca da logística sustentável: Envolve a educação dos servidores e colaboradores sobre práticas sustentáveis e a criação de uma cultura de responsabilidade ambiental no órgão.

No quadro a seguir, estão sistematizados os instrumentos de planejamento estratégico, correlacionando-os com os eixos temáticos que estruturam o Plano de Logística Sustentável do Ministério dos Transportes (PLS/MT). Essa organização proporciona uma visão integrada entre o planejamento estratégico e os eixos temáticos propostos, permitindo uma abordagem coesa e alinhada entre os objetivos institucionais e as práticas sustentáveis a serem implementadas.

Planejamento estratégico do MT	ODS	EFD	Eixo Temático	Objetivo do PLS
Valores Institucionais: eficiência, transparência, inovação, participação social, integridade, responsabilidade socioambiental, segurança e equidade; Eixo de sustentabilidade: aprimoramento de processos internos, bem como o desenvolvimento de competências individuais com foco no desenvolvimento institucional.	7. Energia acessível e limpa; 12. Consumo e produção responsáveis; 13. Ação contra a Mudança Global do Clima.	Desafios: Melhorar a qualidade ambiental urbana; Implementar políticas, ações e medidas para o enfrentamento da mudança do clima e dos seus efeitos, fomentando uma economia resiliente e de baixo carbono; Promover oportunidades de negócios sustentáveis em meio ambiente.	EIXO 1. Racionalização e consumo consciente	1. Promover a boa gestão dos recursos públicos, identificando e reduzindo o desperdício na gestão corporativa e no suporte logístico do MT; 2. Mapear e aprimorar boas práticas já consolidadas no MT, fomentando a cultura de responsabilidade socioambiental; 3. Aprimorar os processos de compras e contratações com base nos critérios de sustentabilidade; 4. Estabelecer sistemas de monitoramento e controle de desempenho.
	9. Inovação e infraestrutura; 11. Cidades e comunidades sustentáveis.		EIXO 2. Racionalização de espaços físicos	
	6. Água Potável e saneamento; 12. Consumo e produção responsáveis; 13. Ação contra a Mudança Global do Clima.		EIXO 3. Identificação dos objetos de menor impacto ambiental	
	9. Inovação e infraestrutura.		EIXO 4. Fomento à inovação no mercado	
	5. Igualdade de gênero; 10. Redução das desigualdades.		EIXO 5. Negócios de impacto nas contratações	
	3. Saúde e Bem-Estar; 8. Trabalho decente e crescimento econômico; 12. Consumo e produção responsáveis; 13. Ação contra a Mudança Global do Clima.		EIXO 6. Divulgação, conscientização e capacitação	

Tabela 04: Planejamento estratégico/Eixos temáticos

Ressalta-se que os objetivos foram definidos com base no diagnóstico e no estudo das práticas sustentáveis já adotadas pelo Ministério dos Transportes (MT). Essa análise, complementada pelo exame qualitativo das contratações, permitiu a identificação dos principais desafios a serem abordados no plano de ação, distribuídos por eixo temático

Além disso, os objetivos e metas dos eixos temáticos foram desenvolvidos em conformidade com os instrumentos de planejamento internos já existentes e, nos casos em que esses instrumentos ainda não foram implementados, sua criação foi incorporada como meta no próprio PLS.

Os seguintes instrumentos de planejamento estratégico foram sistematizados para estabelecer uma correlação com os eixos temáticos do Plano de Logística Sustentável do Ministério dos Transportes (PLS/MT):

- Plano de contratações anual;
- Plano de centralização de contratações;
- Plano de desenvolvimento de pessoas;
- Plano de gerenciamento de resíduos;
- Pesquisas de satisfação dos usuários;
- Inventário de bens;
- Relatório de risco do PCA;
- Relatório de bens móveis sem uso;
- Índice de ocupação dos espaços físicos; e
- Planilha de dimensionamento e programa de necessidades dos espaços físicos.

10 OBJETIVOS E EIXOS TEMÁTICOS

EIXO TEMÁTICO 1 – Promoção da racionalização e do consumo consciente de bens e serviços

AÇÕES	ID	Objetivo	Meta	Indicador	Responsável	Prazo	Recursos	Riscos
Energia Elétrica	1.1	Reduzir o consumo de energia elétrica.	1. Identificar a utilização de equipamentos não convencionais na rede elétrica do órgão. 2. Realizar campanha sobre consumo consciente de água e energia elétrica. 3. Manter o gasto atual como patamar máximo de consumo para os próximos 2 anos.	Consumo per capita.	COINF/COGRL	2025	Humanos	Baixa adesão.
	1.2	Substituir aparelhos de ar-condicionado por Fluxo de Gás Refrigerante Variável (VRF).	1.Substituir 50% dos aparelhos. 2. Modernização de VAV (Volume de Ar Variável), atualizar os sistemas de controle de ar-condicionado para torná-los mais eficientes e automatizados.	1 Aparelho substituído. 2 Coletar feedback depois das atualizações.	COINF/COGRL	2026	Humanos / Orçamentários	Contingenciamento de recursos.
	1.3	Instalar sensores de energia em locais de uso transitório.	1. Mapear locais recomendados para a instalação. 2. Instalar sensores em 20% dos locais mapeados.	Sensor instalado.	COINF/COGRL	2026	Humanos / Orçamentários	Contingenciamento de recursos.
	1.4	Trocar elevadores para modelos com drivers de regeneração de energia.	Trocar 100% dos elevadores.	Elevador substituído.	COINF/COGRL	2026	Humanos / Orçamentários	Contingenciamento de recursos.
	1.5	Realizar estudo para a segmentação de interruptores.	Realizar estudo identificando áreas de interruptores não segmentados e a viabilidade técnica e estrutural para realizar a sua substituição.	Estudo realizado.	COINF/COGRL	2025	Humanos	1. Possíveis custos associados. 2. A instalação pode causar interrupções nos serviços.
	1.6	Atualizar estudo para implantação de minigeradora fotovoltaica.	1. Atualizar estudo para implantação de minigeradora fotovoltaica. 2. Pesquisar se é a melhor solução	Estudo realizado.	COINF/COGRL	2025	Humanos	Orçamento previsto.

			de energia sustentável/renovável fornecida pelo mercado					
	1.7	Substituir lâmpadas fluorescentes por LED.	1. Fazer parcerias com Neoenergia, trocar lâmpadas para LED. 2. Substituir 100% das lâmpadas.	Lâmpada substituída.	COINF/COGRL	2025	Humanos / Orçamentário	Alterações no uso do espaço e aumento da carga de iluminação.
Papel	1.8	Reduzir o consumo de papel.	1. Promover campanhas de conscientização sobre redução de papel. 2. Reduzir a quantidade de impressão em papel em 50%. 3. Aumentar a utilização de soluções digitais. 4. Manter o gasto atual como patamar máximo de consumo para os próximos 2 anos.	Consumo per capita.	COGRL/SGETI/AESCOM	2025	Humanos	Capacidade de armazenamento necessária com base no volume atual de dados e nas previsões de crescimento.
	1.9	Atualizar a política de impressão.	1. Criar o “impressômetro” e monitorar desvios. 2. Divulgação do “impressômetro”.	Projeto realizado.	SGETI	2025	Humanos / Infraestrutura de TI	Possibilidade do contrato de reprografia.
	1.10	Incrementar as ações de reciclagem e descarte de papel.	1. Fazer pontos de coleta de papeis em cada ilha de impressora. 2. Aumentar a confecções de blocos de anotações. 3. Aumentar a quantidade de papel descartado que é enviado para reciclagem.	Papel per capita.	COLOG/COGRL	2025	Humanos	Baixa adesão / resistência dos usuários.
Copo Descartável	1.11	Implementar a redução do uso de copos descartáveis e a integração de copos biodegradáveis nas licitações.	1. Promover campanhas de conscientização sobre redução do uso de copo descartável. 2. Manter o gasto atual como patamar máximo de consumo para os próximos 2 anos.	Consumo de copo per capita.	COLOG/COGRL	2025	Humanos	Baixa adesão / resistência dos usuários.
	1.12	Racionalizar o uso de água no consumo interno do órgão.	1. Avaliar a adoção de lavagem ecológica de veículos. 2. Verificar pontos de vazamento nos jardins.	Consumo per capita.	COGRL	2025	Humanos	Baixa adesão / resistência dos usuários.

Água e Esgoto			3. Manter o gasto atual como patamar máximo de consumo para os próximos 2 anos.					
	1.13	Substituir as torneiras dos banheiros por modelos automáticos.	1. Realizar levantamento das torneiras que serão substituídas. 2. Substituir 50% das torneiras.	Torneiras substituídas	COINF/COGRL	2025	Humanos / Orçamentários	Contingenciamento de recursos.
	1.14	Substituir a rede hidráulica de ferro por PVC nas áreas críticas das instalações.	Concluir a substituição em 30% das áreas críticas da instalação.	Rede substituída.	COINF/COGRL	2026	Humanos / Orçamentários	Danos durante a Instalação.
	1.15	Realizar estudo para implementar a coleta e armazenamento de água da chuva.	Realizar estudo para construir um sistema para coletar, armazenar e reutilizar a água da chuva.	Estudo realizado e submetido à alta gestão.	COINF/COGRL	2026	Humanos / Orçamentário	Vazamentos, entupimentos e deterioração da água armazenada. Contingenciamento de recursos.
Serviços de Limpeza	1.16	Utilizar produtos de limpeza ecológicos e biodegradáveis.	Utilizar, no mínimo, 30% de produtos de limpeza ecológicos e biodegradáveis.	Produto substituído.	COLOG/COGRL	2026	Humanos / Orçamentário	Produtos ecológicos e biodegradáveis podem ter um custo mais alto do que os produtos convencionais.
	1.17	Capacitar terceirizados de limpeza e copa nas melhores práticas sustentáveis.	Treinar 100% dos colaboradores.	Curso realizado.	COGEP/COLOG	2025	Humanos	Baixa adesão.

	1.18	Realizar inspeções periódicas para avaliar a condição de limpeza dos dutos.	Realizar a limpeza de dutos a cada 6 meses.	Número de limpezas de dutos realizadas em um ano	COINF/COGRL	2025	Humanos / Orçamentário	A limpeza dos dutos pode exigir a parada temporária do sistema HVAC.
Eficiência	1.19	Aperfeiçoar o sistema de gestão de serviços logísticos.	Diminuir o tempo de atendimento das demandas.	Redução do tempo de atendimento dos chamados.	COLOG/COGRL	2025	Humanos	Ocorrências e demora no atendimento por parte da contratada.
Conscientização	1.20	Conscientizar servidores e colaboradores a manter as portas das salas e as janelas com ar-condicionado fechadas.	Promover campanhas de conscientização dos servidores e colaboradores sobre a importância de fechar portas e janelas em salas com ar-condicionado.	Campanha realizada.	COGRL/AESCOM	2025	Humanos	Resistência dos colaboradores.
Resíduos Sólidos	1.21	Atualizar a Gestão de Resíduos Sólidos	1. Revisar os instrumentos que orientam a gestão de resíduos sólidos de construção civil e de informática. 2. Elaborar o Manual de Gestão de Resíduos Sólidos.	Documentos publicados.	COINF/COGRL	2026	Humanos	Colaboradores podem resistir às novas práticas.
Resíduos Orgânicos	1.22	Implementar compostagem de resíduos orgânicos.	1. Estabelecer um programa de compostagem para tratar resíduos orgânicos gerados nas instalações. 2. Transformar resíduos sólidos orgânicos em compostos úteis para o paisagismo.	Compostagem instalada	COLOG/COGRL	2026	Humanos / Orçamentário	Custos adicionais não previstos.
Coleta e Descarte	1.23	Ampliar pontos de coletas para o descarte adequado de pilhas, baterias, tampas de garrafas e canetas.	1. Estabelecer parcerias com empresas e ONGs focadas em sustentabilidade e proteção ambiental, especializadas em reciclagem. 2. Estabelecer 05 pontos de coleta em locais estratégicos.	Quantidade de resíduos coletados (kg de pilhas, baterias, tampas e canetas).	COGRL/COLOG	2025/ 2026	Humanos / Orçamentário	Uma ou mais partes não se comprometem com as responsabilidades acordadas.
	1.24	Implementar um sistema eficiente de separação de lixo para reciclagem.	1. Instalar lixeiras específicas e claramente marcadas, com cores e símbolos que indiquem o tipo de material a ser depositado. 2. Conscientizar os colaboradores por meio de campanhas.	Lixeiras instaladas.	COLOG/COGRL/ AESCOM	2025/ 2026	Humanos / Orçamentário	O sistema de descarte irregular pode impactar negativamente na eficácia.

3. Disponibilizar 10 kits de Lixeiras específicas em locais estratégicos.

EIXO TEMÁTICO 2 – Racionalização da ocupação dos espaços físicos

AÇÕES	ID	Objetivo	Meta	Indicador	Responsável	Prazo	Recursos	Riscos
Bens e Móveis	2.1	Desenvolver um plano de doação de bens móveis sem uso.	Mapear os bens em uso e os passíveis de doação / descarte sustentável para os próximos 2 anos.	Relatório confeccionado.	COINF/COGRL	2025	Humanos	Atrasos na coleta de dados, análise e documentação podem impactar a entrega oportuna do relatório.
	2.2	Desenvolver plano de ocupação de espaços físicos.	1. Mapear áreas subutilizadas e adotar medidas para otimização. 2. Aferir e garantir que a média de ocupação dos espaços físicos esteja de 7 a 9m² por pessoa.	Plano confeccionado.	COINF/COGRL	2026	Humanos	O plano ficar defasado rapidamente com mudanças na estrutura organizacional.
Otimização de Recursos	2.3	Maximizar o aproveitamento dos espaços de trabalho.	1. Reduzir o espaço físico ocupado pelas unidades administrativas do Ministério, promovendo um layout mais eficiente e funcional que atenda às necessidades operacionais. 2. Aferir o impacto na cultura organizacional e sentimento de pertencimento dos colaboradores.	1. Percentual de redução do espaço ocupado por estação de trabalho (m²/servidor). 2. Nível de satisfação dos colaboradores com o novo layout (medido através de pesquisa interna). 3. Redução nos custos operacionais relacionados à manutenção e energia (R\$ por m²).	COINF/COGRL	2026	Humanos / Orçamentários	Dificuldades na gestão e monitoramento do desempenho dos colaboradores remotos.
Otimização de Recursos	2.4	Reestruturação das Salas de Reunião.	Reduzir a quantidade de salas de reunião com baixa utilização ao promover um agendamento eficaz e um uso mais eficiente dos espaços.	Redução no número de salas de reunião exclusivas.	COINF/COGRL	2026	Humanos / Orçamentários	1. Possibilidade de sobrecarga de demanda para salas de reunião, gerando indisponibilidade. 2. Resistência à mudança por unidades que tinham salas de reunião exclusivas.

								3. Desafios na gestão de reservas e conflitos de horários.
Gestão Documental	2.5	Remover documentos que estão na fase de eliminação para reduzir o espaço ocupado pelos arquivos.	Eliminar 50% do acervo que atingiu prazo de guarda.	Percentual do acervo eliminado.	DIGED/COGRL	2025	Humanos	1. Erros na identificação de documentos. 2. Descarte inadequado de documentos.

EIXO TEMÁTICO 3 – Identificação dos objetos de menor impacto ambiental

AÇÕES	ID	Objetivo	Meta	Indicador	Responsável	Prazo	Recursos	Riscos
Fomento	3.1	Aumentar a aplicação de critérios de sustentabilidade nas contratações.	Elaborar material informativo aos setores demandantes sobre a legislação vigente e a amplitude de sua atuação.	Informativo elaborado.	COGRL/AESCOM	2026	Humanos	Engajamento dos Stakeholders.
	3.2	Identificar rótulos e certificações passíveis de aplicação em compras públicas	Elaborar material informativo aos setores demandantes informando sobre os rótulos e certificações passíveis de serem aplicadas nas compras públicas.	Informativo elaborado.	COGRL	2026	Humanos	Dificuldade de acesso às informações sobre rótulos e selos disponíveis.
Promoção	3.3	Detectar ferramentas que apoiem a identificação de produtos e serviços mais sustentáveis nas compras públicas	Elaborar pesquisa de mercado sobre a existência das ferramentas.	Pesquisa realizada.	COGRL	2025	Humanos	Dificuldade em localizar soluções já disponíveis no mercado.
Bicicletário	3.4	Incentivar o uso de bicicletas em vez de veículos motorizados para reduzir a pegada de carbono.	Realizar pelo menos 1 programa educativo ou campanha de promoção do uso da bicicleta.	Campanha realizada.	COGRL/AESCOM	2025	Humanos	Baixo número de pessoas adotando o uso da bicicleta.
Carona Solidária	3.5	Promover o compartilhamento de transporte entre pessoas que têm destinos semelhantes.	1. Criar espaço na intranet. 2. Atingir a adesão de 20%.	Sistema implantado.	COGRL/AESCOM	2025	Humanos	Questões relacionadas à segurança e à confiabilidade dos condutores e passageiros podem ocorrer.

EIXO TEMÁTICO 4 – Fomento à Inovação no Mercado

AÇÕES	ID	Objetivo	Meta	Indicador	Responsável	Prazo	Recursos	Riscos
Diálogo com a Sociedade	4.1	Estabelecer diálogo com a sociedade sobre a oferta de produtos e soluções mais sustentáveis.	1. Incluir no site do MT espaço para o envio de sugestões. 2. Divulgar nas redes sociais espaço de diálogo para envio de soluções inovadoras pelo mercado.	Espaço criado.	COGRL/AESCOM	2025	Humanos / Infraestrutura de hospedagem do site	Baixa adesão dos fornecedores.
Fomento	4.2	Fomentar a implementação de soluções inovadoras por parte da alta gestão.	Dar preferência a soluções inovadoras na aquisição de produtos e serviços sustentáveis.	Projeto/solução implementado.	SPOA/COGRL	2026	Humanos / Orçamentários	Disponibilidade orçamentária.
Locação de Veículos	4.3	Reduzir o consumo de combustível.	1. Incentivar o transporte de autoridades por meio de veículos híbridos. 2. Reduzir o consumo de combustível em 10%.	Consumo por veículo.	COLOG/COGRL	2026	Humanos / Orçamentários	A falta de infraestrutura adequada para o carregamento de veículos híbridos.
Transformação Digital	4.4	Implementar programa de QR CODE para gerar e acessar documentos em reuniões.	Reduzir o uso de papel em reuniões.	Programa criado.	SGETI	2026	Humanos / Orçamentários	Atualizar os QR Codes e documentos conforme necessário para garantir que as informações estejam sempre atualizadas e acessíveis.

EIXO TEMÁTICO 5 – Inclusão dos negócios de impacto nas contratações públicas

AÇÕES	ID	Objetivo	Meta	Indicador	Responsável	Prazo	Recursos	Riscos
Estágio	5.1	Incluir estudantes PNE e negros nos programas de estágio.	Aumentar o percentual de participação deste público.	Contratação efetuada.	COGEP/COGRL	2026	Humanos	Dificuldades em promover o interesse do grupo alvo da contratação.

Fomento	5.2	Revisar e integrar critérios de sustentabilidade e impactos sociais na avaliação e seleção de propostas para contratos.	Incluir os critérios revisados nos checklists e notas técnicas.	Documento revisado.	COLOG/COLIC	2026	Humanos	Dificuldade de adotar critérios de sustentabilidade para elaboração dos editais.
Diagnóstico	5.3	Realizar estudo e estabelecer modelo de apuração de Custos indiretos aplicados ao PLS.	1. Realizar a análise das contratações. 2. Elaborar o modelo de apuração.	Minuta elaborada.	COGRL/SPOA	2026	Humanos	Dificuldade em identificar os custos indiretos e indicadores para todas as contratações de logística.

EIXO TEMÁTICO 6 - Divulgação, conscientização e capacitação acerca da logística sustentável

AÇÕES	ID	Objetivo	Meta	Indicador	Responsável	Prazo	Recursos	Riscos
Conscientização	6.1	Disseminar boas práticas sustentáveis na gestão pública.	1. Organizar eventos, workshops e campanhas para aumentar a conscientização e o engajamento em relação às práticas sustentáveis. 2. Implementar pelo menos 5 novas iniciativas sustentáveis em 2 anos.	Projeto / ação efetivado.	COGRL/AESCOM	2026	Humanos	Custos de sustentabilidade no planejamento orçamentário.
	6.2	Promover a sustentabilidade e a responsabilidade social.	1. Elaborar o planejamento da horta do MT. 2. Reutilizar as borras de café produzidas no edifício até o final do primeiro ano do projeto, evitando o descarte em aterros sanitários. 3. Cultivar parte da área verde no Edifício Anexo, promovendo um ambiente mais saudável e agradável.	1. Planejamento elaborado. 2. Reutilização de 100% da borra do café. 3. Aproveitamento de 200 metros de área cultivada.	COGRL/COLOG	2026	Humanos / Orçamentários	1. Ausência de recursos orçamentários. 2. Falta de engajamento.
	6.3	Promover um ambiente de trabalho inclusivo e equitativo por meio da educação e conscientização sobre	1. Conduzir treinamentos para todos os funcionários e líderes sobre diversidade, inclusão e igualdade de gênero.	Projeto / ação realizado.	MT / AESCOM	2025/ 2026	Humanos / Orçamentários	1. Orçamento limitado 2. Alguns funcionários podem ser resistentes às campanhas, se não identificarem a relevância das atividades.

Diversidade e Igualdade De Gênero		diversidade, inclusão e igualdade de gênero.	2. Organizar pelo menos dois eventos de sensibilização sobre diversidade e inclusão por ano.					
	6.4	Revisar o Código de Conduta do MT.	1. Incluir princípios de respeito, inclusão, diversidade e igualdade de gênero, 2. Acompanhar e avaliar continuamente a aplicação das diretrizes. 3. Completar a revisão do Código de Conduta em 1 ano, incluindo os novos princípios.	Código publicado	COGEP/OUVIDORIA	2025	Humanos / Orçamentários	Críticas ou reações negativas às iniciativas de diversidade e inclusão.
Capacitação	6.5	Atualizar o programa de capacitação continuada sobre soluções sustentáveis.	Estabelecer a temática sustentável como prioridade no plano de capacitação a partir de 2025.	Programa atualizado.	COGEP/SPOA	2025	Humanos / Orçamentários	Ausência de recursos orçamentários para a capacitação.
	6.6	Aumentar as competências sobre práticas de negócios de impacto nas contratações públicas.	Promover cursos e capacitações.	Curso promovido.	COGEP/SPOA	2026	Humanos / Orçamentários	Ausência de recursos orçamentários para a capacitação.
Saúde e Bem-Estar	6.7	Implementar um programa de ginástica laboral.	1. Promover a saúde física e mental dos trabalhadores por meio de exercícios físicos específicos realizados durante o expediente. 2. Alcançar a participação de 60% dos funcionários nas sessões de ginástica laboral	Programa implementado.	COGEP/ AESCOM	2025	Humanos / Orçamentários	1. A continuidade do programa pode ser comprometida devido a mudanças na organização. 2. Orçamento disponível.
	6.8	Realizar campanhas regulares sobre saúde e bem-estar.	1. Palestras sobre saúde mental, workshops de gerenciamento de estresse e atividades de bem-estar que abordem as necessidades de diversos grupos. 2. Implantar a sala de decompressão, com atividades recreativas e espaço de convivência.	1. Programa realizado. 2. Sala inaugurada.	MCOM/ MPOR/ SECOM/ AESCOM/COGRL	2025/ 2026	Humanos / Orçamentários	Orçamento disponível.

			3. Realizar pelo menos 2 campanhas e 2 workshops ao longo do ano.					
--	--	--	---	--	--	--	--	--

Tabela 05: Planejamento estratégico/Eixos temáticos



O Plano de Logística Sustentável (PLS) do Ministério dos Transportes (MT) visa aprimorar a gestão corporativa com uma abordagem integrada de sustentabilidade. O PLS aborda a eficiência operacional e a minimização dos impactos ambientais, guiado pelos princípios da responsabilidade socioambiental e econômica. Adicionalmente, promove a justiça social e a inclusão, valorizando a diversidade e a igualdade de gênero. Inclui eixos de sustentabilidade que abrangem a gestão de recursos, práticas ambientais responsáveis e políticas inclusivas. Por meio de eventos, treinamentos e políticas, o PLS reforça a importância de uma cultura organizacional que une práticas sustentáveis com equidade, criando um ambiente de trabalho mais justo e resiliente.

11 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento e a avaliação do Plano de Logística Sustentável ocorrerão simultaneamente à sua implementação, garantindo que todos os envolvidos desempenhem suas funções de acordo com o que foi estipulado nas ações e metas. Essa abordagem permitirá ajustes no planejamento e correções necessárias, assegurando uma execução mais efetiva.

As áreas responsáveis pela implementação das ações devem seguir as diretrizes gerais estabelecidas no plano. No entanto, é recomendável que cada setor desenvolva um planejamento específico para cada ação, demonstrando alinhamento com o plano geral e focando na execução das metas. As Coordenações-Gerais devem designar os responsáveis pela execução das atividades dentro de sua estrutura.

As Coordenações-Gerais acompanharão o progresso das ações e prestarão contas sobre as atividades, ações e cumprimento de metas, conforme aplicável. Esse monitoramento apoiará a elaboração de relatórios mensais, que manterão a SPOA informada sobre a execução das ações, o cumprimento dos prazos e quaisquer dificuldades enfrentadas na implementação das metas.

11.1 Abordagem Prática para Monitoramento e Avaliação do PLS

Todos os dados, análises e relatórios devem ser cuidadosamente documentados e mantidos em registros detalhados. Esses registros precisam estar acessíveis para auditorias e revisões futuras, assegurando a transparência e a integridade do processo de monitoramento.

11.2 Etapas do Monitoramento e Avaliação



Imagem 06: Abordagem Prática para Monitoramento e Avaliação do PLS

11.3 Fase de Implementação e Monitoramento do Plano de Logística Sustentável (PLS)

A implementação do PLS será pautada por um Plano de Ação que define as principais responsabilidades e ações necessárias para a execução e monitoramento, assegurando a eficácia do programa, conforme tabela a seguir:

IMPLEMENTAÇÃO E MONITORAMENTO	
Responsáveis Gerais	COGRL, COLOG, COINF, SEGTI, COLIC, COGEP, AESCOM, Comissão Gestora e SPOA.
AÇÕES	
Equipe de Apoio	Submeter aos responsáveis de cada unidade relatórios trimestrais com análises de dados e identificação de possíveis riscos que possam comprometer a execução das ações, conforme o item 10 - <i>Objetivos e Eixos Temáticos (Tabela 05)</i> .
Comissão Gestora	Analisar avaliações semestrais dos indicadores de desempenho dos relatórios recebidos.
Comissão Gestora	Consolidar relatórios semestrais e preparar resumo para os gestores e coordenadores.
Coordenadores e Gestores	Fornecer feedback semestral às unidades responsáveis pela execução e recomendar ações corretivas quando necessário.
SPOA	Acompanhar, aprovar e homologar.

Tabela 06: Implementação e Monitoramento

Os relatórios sobre as ações do Plano de Logística Sustentável (PLS) serão integrados ao Relatório Anual de Avaliação de Desempenho. Ao término do período de vigência do plano, a Comissão Gestora realizará uma análise abrangente dos resultados alcançados. Com base nessa avaliação, serão definidos os objetivos, metas e iniciativas para o próximo ciclo de planejamento, buscando aprimorar continuamente a eficácia e a eficiência do PLS.

12 CONCLUSÃO

Em sua primeira versão, o Plano de Logística Sustentável (PLS) evidencia o compromisso do Ministério dos Transportes com a promoção de práticas sustentáveis, a redução dos impactos ambientais e a conscientização de servidores e colaboradores. Alinhado aos compromissos internacionais de desenvolvimento sustentável, o PLS foi elaborado com base no Plano Diretor de Logística Sustentável do MGI. A partir das diretrizes estabelecidas e por meio do diagnóstico institucional e da análise das contratações vigentes, foi possível definir objetivos e metas que posicionam o Ministério dos Transportes como um agente transformador em relação aos impactos ambientais.

O sucesso do plano depende do engajamento de todos os envolvidos para que as metas e os indicadores estabelecidos sejam alcançados. A Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração assume o papel de propulsora dessas atividades, atuando como protagonista e motivadora da transformação sustentável.

O PLS não apenas cumpre seu papel institucional, mas também representa um avanço significativo na redução dos custos ecológicos que suas atividades impõem ao meio ambiente. Em uma escala mais ampla, alinha-se a diversas iniciativas da Administração que visam promover um futuro mais sustentável. Para garantir a continuidade e a eficácia do plano, é fundamental que haja uma revisão periódica das ações e a adaptação às novas demandas e desafios, mantendo, assim, o compromisso com a sustentabilidade em um cenário em constante mudança.

13 REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Secretaria de Gestão e Inovação. **Plano diretor de logística sustentável: 2024** / Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Secretaria de Gestão e Inovação.- Brasília : Diretoria de Normas e Sistemas/SEGES/MGI, 2024.
- BRASIL. Advocacia-Geral da União (AGU). Consultoria-Geral da União. **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis**. 6ª ed. Barth, Maria Leticia B.G; Bliacheris, Marcos W.; Brandão, Gabriela da S.; Cabral, Flávio. G.; Clare, Celso V.; Fernandes, Viviane V. S.; Paz e Silva Filho, Pereira, Rodrigo M.; Santos, Murillo Giordan; Villac, Teresa.
- BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Programa de logística sustentável: 2021-2025 / Tribunal de Contas da União**. – Brasília : TCU, Secretaria-Geral Adjunta de Administração (Adgedam), Serviço Socioambiental e de Transparência Administrativa (Seamb), 2021. 42 p. : il.
- BRASIL. **Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/CCivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7746.htm>. Acesso em: 02/08/2024.
- BRASIL. **Decreto nº 10.531, de 26 de outubro de 2020**. Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil no período de 2020 a 2031. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10531.htm>. Acesso em: 02/08/2024.
- BRASIL. **Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010**. Disponível em: <<https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-01-de-19-de-janeiro-de-2010>>. Acesso em: 02/08/2024.
- BRASIL. **Portaria nº 737, de 2 de agosto de 2024**. Planejamento Estratégico do Ministério dos Transportes e suas Entidades Vinculadas para o período de 2024 a 2027. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-737-de-2-de-agosto-de-2024-576304607>>. Acesso em: 02/08/2024.
- ONU. Organização das Nações Unidas. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 02/08/2024.